



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CARINHANHA**

SUELY SANTOS BELÉM

ORIENTADORA: SANDRA MARY GONÇALVES PRAZERES

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

SUELY SANTOS BELÉM

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO DA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CARINHANHA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Sandra Mary Gonçalves Prazeres

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

SUELY SANTOS BELÉM

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CARINHANHA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

SANDRA MARY GONÇALVES PRAZERES (Orientadora)

RUTE NOGUEIRA DE MORAIS BICALHO (Examinadora)

SUELY SANTOS BELÉM (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Este trabalho eu dedico ao todos meus colegas de trabalho do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha e também a todos os professores e professoras que acreditam e buscam uma educação igualitária e de qualidade. Dedico também para meus colegas do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, os quais enfrentaram grandes desafios para construírem conhecimento acerca da inclusão educacional.

AGRADECIMENTOS

Para a construção de um trabalho árduo sempre buscamos apoio em pessoas que possam nos ajudar direta ou indiretamente. Agradeço a Deus, pessoa suprema que me ergue nas dificuldades, que me dá sabedoria, discernimento e inteligência todos os dias. Quero agradecer a minha família, em especial, ao meu esposo pela paciência e pelo incentivo na busca de novos conhecimentos. Agradeço às mães dos alunos, às professoras do Atendimento Educacional Especializado do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva e às professoras do ensino regular que contribuíram com essa pesquisa. Não poderia deixar de agradecer também as tutoras presenciais e a distância e a minha orientadora Sandra Mary Gonçalves Prazeres.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar as fragilidades do Atendimento Educacional Especializado do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha (NAEIC) e propor reflexões sobre metodologias significativas para o atendimento de alunos com deficiência na Sala de Recursos Multifuncionais. As principais autoras que fundamentaram essa pesquisa foram Mantoan e Marta Gil. O trabalho apresenta um breve histórico da Educação Inclusiva, sobretudo do município de Carinhanha. Os dados da pesquisa de abordagem qualitativa foram coletados através dos procedimentos de observação direta, entrevistas semiestruturadas, uso de questionários abertos. Os sujeitos participantes foram professoras do Atendimento Educacional Especializado, mães de alunos com deficiência do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha e professoras do ensino regular. Na análise dos dados, a leitura das informações fora realizada à luz do referencial teórico definido, possibilitando o enlace acerca das fragilidades, conquistas e possibilidades de avanço do Atendimento Educacional Especializado. As categorias de análise perpassaram a impressão do professor da sala comum sobre a inclusão e o Atendimento Educacional Especializado; os desafios para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado no NAEIC; a família como parceira da melhoria da Educação Especial. As considerações finais evidenciaram que as metodologias de caráter lúdico vêm propiciando condições de desenvolvimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas que as práticas inclusivas esbarram na necessidade de formação continuada para os professores, cujos saberes são construídos a partir das práticas vivenciadas com os educandos e momentos de estudos coletivos. Portanto, a inclusão escolar vem se construindo a cada dia.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, metodologias, formação de professores.

TABELA DE SIGLAS

	NOMES	SIGLAS
01	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	AEE
02	CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	CEB
03	CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	CRAS
04	CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO	CNE
05	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	FUNDEB
06	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO	LDB
07	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MEC
08	NÚCLEO DE ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CARINHANHA	NAEIC
09	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA.	UNESCO
10	SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	SEM
11	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	SEESP

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 - Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado.....	13
2.2 - Marcos históricos que contribuíram para a evolução da Educação Inclusiva.....	14
2.3 - A educação de Carinhanha em busca de um novo olhar para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular.....	17
2.4 - Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha- NAEIC: uma Educação Especial numa perspectiva de Educação Inclusiva.....	19
2.5 - Atendimento Educacional Especializado: desafios e mudanças para os professores do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha.....	22
3 OBJETIVOS.....	24
3.1 - Geral.....	24
3.2 - Específicos.....	24
4 METODOLOGIA.....	25
4.1 - Abordagem metodológica.....	25
4.2 - Contexto da pesquisa e participantes.....	25
4.3 - Instrumentos e procedimentos de construção de dados.....	26
4.4 - Procedimentos de análise de dados	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5.1- A análise dos dados.....	27
5.2 – A inclusão e o Atendimento Educacional Especializado em foco: a impressão do professor da sala comum.....	28

5.3 – Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva: desafios para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado.....	34
5.4 – Família: parceria fundamental para a valorização e melhoria da Educação Especial/Inclusiva.....	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES	44
A – Questionário para a família.....	44
B – Roteiro de entrevista - professor(a) do Ensino Regular.....	46
C - Roteiro de entrevista - professor(a) do Atendimento Educacional Especializado.....	49
ANEXOS	53
A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para família.....	53
B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para professor.....	54
C - Carta de Apresentação – Escola.....	55
D – Aceite Institucional	56

1 APRESENTAÇÃO

O ensino oferecido no Atendimento Educacional Especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares. “O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (MEC, 2008).

Muitos professores da rede de ensino regular desconhecem a proposta do Atendimento Educacional Especializado, possivelmente por se tratar de um atendimento novo, pouco discutido no meio educacional. Assim sendo, ele é visto por alguns profissionais de educação como aula de reforço ou refúgio da obrigação de oferecer uma educação inclusiva no ensino regular. Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado também sentem dificuldades em desenvolver metodologias diferenciadas que complementam e suplementam as do ensino regular.

Acredito, portanto, que existem duas problemáticas relativas ao Atendimento Educacional Especializado. A primeira, a falta do conhecimento dos profissionais da educação sobre esse atendimento e, a outra, é a fragilidade dos profissionais do AEE em desenvolver metodologias condizentes com as necessidades do ensino e dos alunos que são atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais - SRM.

Pesquisar, refletir e discutir sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE – acrescentará ganhos à minha formação pessoal e profissional que sempre foram pautadas em respeitar e reconhecer os direitos de aprendizagem de todos os alunos. Sou amante da educação, e esse amor foi adquirido na “labuta” do dia a dia da sala de aula, a qual me fez perceber o quanto a educação pode contribuir para a mudança de vida dos alunos, sobretudo daqueles que foram excluídos ao longo da história da Educação.

Há quatorze anos construo uma trajetória na educação, ora como professora, ora como supervisora de ensino e por último como coordenadora pedagógica do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha (NAEIC). Comecei a trabalhar na Educação no ano de 2000. De lá até os dias atuais, experimentei e vivenciei um pouco

de quase tudo da Educação Básica, e o que mais me chamou atenção foi à prática pedagógica oferecida aos alunos que apresentavam algum tipo de limitação na aprendizagem. Por isso, dentre esse tempo há cinco anos resolvi apreciar essa prática com mais dedicação. E assim fui convidada para atuar com Supervisora da Educação Especial do município de Carinhanha - Bahia. A partir desse fato, pesquisei práticas pedagógicas inovadoras para os alunos com deficiência. Hoje coordeno o Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha – NAEIC, do qual sou coautora do projeto.

O Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha – NAEIC – é uma instituição ligada à Secretaria de Educação, o qual surgiu da necessidade de oferecer atendimento específico e especializado no turno oposto das salas comuns das escolas públicas aos alunos com deficiência e com dificuldade de aprendizagem. A instituição oferece atendimento com psicólogo, fisioterapeuta, psicopedagogo, e possui duas Salas de Recursos Multifuncionais, contando com dois professores do AEE. Esses referidos profissionais, além de atendimento clínico, desenvolvem trabalhos diferenciados com atividades lúdicas diversificadas de artes, letramento e matemática.

Ao acompanhar todo esse processo, da implantação à coordenação, vejo que muitas vezes os trabalhos não alcançam o objetivo esperado. Os resultados, os avanços dos alunos e as práticas desenvolvidas pelos profissionais, ou seja, os trabalhos desenvolvidos no NAEIC são questionados e postos à reflexão. Partindo desse pressuposto, uma das turmas do Atendimento Educacional Especializado será ambiente de realização dessa pesquisa no intuito de observar as ações desenvolvidas com os alunos com deficiência na Sala de Recursos Multifuncionais.

Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado possuem uma noção de quais metodologias implementar e quais recursos a serem trabalhados com os alunos com deficiência auditiva, visual ou física. Porém, para os alunos com deficiências intelectuais, os profissionais necessitam de maior conhecimento acerca de recursos e de metodologias dirigidas a este público, bem como, de um estudo aprofundado para atender as suas necessidades específicas.

Portanto, esse trabalho pretende possibilitar a discussão, a pesquisa e a reflexão sobre o uso de metodologias adequadas para os alunos com deficiências intelectuais do

Atendimento Educacional Especializado do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha - NAEIC. Sabemos que não há receitas prontas para o trabalho do AEE, mas propomos uma reflexão que possibilite aos profissionais da SRM uma nova perspectiva de ação que vise estimular uma aprendizagem de qualidade aos alunos com deficiência na perspectiva da educação inclusiva.

A presente pesquisa buscou o diálogo com autoras como Marta Gil e Maria Teresa Mantoan, bem como utilizou o aporte legal que norteia a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado para fundamentar as discussões acerca das práticas pedagógicas inclusivas vivenciadas no Atendimento Educacional Especializado do NAEIC.

O trabalho possui seis capítulos: Apresentação, Fundamentação Teórica, Objetivos, Metodologias, Resultados e Discussão e Considerações Finais. Nestes permeiam indagações sobre a inclusão e o Atendimento Educacional Especializado, discussões dos profissionais da educação sobre o AEE no NAEIC, bem como a abordagem dos familiares sobre o atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais e o desempenho dos seus filhos. Enfim, a investigação propôs a realização de um estudo das fragilidades e dos avanços desse atendimento e, na mesma perspectiva investigativa, esperamos desenvolver reflexões sobre metodologias significativas que servirão de ponto de partida para a construção de uma educação inclusiva igualitária.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 - Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado

A educação inclusiva significa atender a diversidade total das necessidades dos alunos nas escolas comuns com responsabilidade, compromisso, profissionalismo, carinho e dedicação. Ela também deve oferecer um ambiente de aprendizagem escolar que tenha respeito para com seus alunos, que seja seguro e acolhedor e que reconheça e compreenda a diferença como um fator positivo. Desse modo, novas estratégias de ensino precisam ser garantidas, envolvendo ações que levem os agentes escolares a repensarem sobre as melhorias nos programas de ensino, nas práticas avaliativas, nos planejamentos pedagógicos, nas metodologias e recursos, dentre outros aspectos que gerem ganhos no desenvolvimento dos educandos.

Marta Gil (2005, p. 24) diz que:

Matricular simplesmente uma criança com deficiência em uma classe comum, da escola comum, sem dúvida, é um passo importante na direção certa. Mas isso não é Educação Inclusiva. Mesmo que algumas pessoas com deficiência tenham condições de frequentar a escola tal como ela é hoje, e possam ter o mesmo aproveitamento da maioria das crianças, ainda assim, isso não é praticar Educação Inclusiva.

Para uma verdadeira inclusão é de fundamental importância que se compreenda que a escola tem a incumbência de ensinar aos alunos a compartilharem o conhecimento, o ponto de vista das coisas, as emoções, a discutirem e a trocarem experiências. Neste sentido, a escola tem um compromisso de introduzir o aluno no mundo social e cultural, através de práticas inovadoras e um planejamento feito de forma coletiva no qual todos participem, incluindo-se a sociedade civil, a família e os alunos.

A Educação Inclusiva não é uma moda passageira. Ela é o resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e o apoio de organizações de pessoas com deficiência e educadores, no Brasil e no mundo. Fruto também de um contexto

histórico em que se resgata a Educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos. (GIL, 2005, p. 14)

A educação especial, com o intuito de oferecer uma educação inclusiva, vem trilhando a busca de metodologias inovadoras e novos recursos que facilitem a aprendizagem dos alunos com deficiências. No capítulo V, artigo 58, da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), classifica-se a educação especial “como modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Ainda no artigo 59 da LDB, garante-se que os sistemas de ensino assegurarão para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica. E, nesse mesmo artigo, diz-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

O Ministério da Educação orienta e subsidia serviços de apoio especializado a partir do Decreto nº 6.571/2008, que fora revogado pelo Decreto 7.611/11, o qual possibilita o Atendimento Educacional Especializado preferencialmente nas redes comum de Ensino, no turno oposto do regular. No artigo 2º do Decreto 7.611/11, coloca-se que a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE – é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. É realizado no período inverso ao da classe comum frequentada. Complementa e /ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

2.2 - Marcos históricos que contribuíram para a evolução da Educação Inclusiva

Nos dias de hoje existem muitas leis, decretos que visam e garantem os direitos educacionais e sociais para todas as pessoas, sobretudo para aquelas com deficiência.

Todas as leis e decretos de inclusão tanto os internacionais como os nacionais foram conquistados através das lutas de movimentos e grupos sociais ao longo da história da humanidade.

A história da inclusão iniciou-se basicamente no período da Idade Média, momento histórico em que ocorriam muitas matanças e perseguições às pessoas que nasciam com alguma deficiência. No século XV, as pessoas consideradas loucas ou com alguma deficiência mental ou física eram mandadas para a fogueira, pois eram vistas como possuídas pelos espíritos malignos. A partir do século XVII, os indivíduos que possuíam alguma deficiência eram retirados do convívio social. Portanto, a trajetória das pessoas com necessidades educativas especiais, ou seja, pessoas com deficiência é marcada pela exclusão.

Com o passar dos anos, desenvolveu-se um novo conceito de prática da inclusão social a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que assegura às pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida da comunidade. Declaração de Jomtien (1990), que ratifica “a educação é um direito fundamental de TODOS”. Declaração de Salamanca (1994), realizada pela UNESCO na Espanha, teve como objetivo específico, a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais. Nessa conferência Mundial, foi dada alta prioridade à tarefa de garantir que, até o ano de 2015, todos tenham acesso a um ensino de qualidade. Ao assinar esta Declaração o Brasil comprometeu-se a transformar os sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos. A Convenção da Guatemala (1999) reafirma que “as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o de não ser submetido à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano”.

O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil se deu no século XIX, por causa do interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional. Constituição Federal (1988) elegeu como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º inc. II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceito de raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação, (art. 3º. Inc., IV). Garante ainda, o direito à igualdade (art. 5º) e trata, nos artigos 205 e seguintes, do direito de TODOS à educação. Esse

direito deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Além disso, elege como um dos princípios para o ensino, “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art.206, inc. I). Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), diz no seu Art. 54 que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente ensino obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), em seu capítulo V, destinado a Educação Especial, no Art. 59, diz que “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais”: I- Currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender suas necessidades; II- Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. Plano Nacional de Educação (2001), aprovado pela Lei nº 10.172/01, estabelecendo objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), instituída através da resolução CNE/CEB nº 02/2001, assim, manifesta o compromisso do país com o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos. Neste documento estão descritos todos os passos e orientações para a efetivação da Educação Especial e do atendimento educacional especializado como: a organização dos sistemas de ensino para o atendimento aos alunos especiais no âmbito político, técnico-científico, pedagógico e administrativo. O decreto nº 6.094/2007, que estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades específicas dos alunos, fortalecendo a inclusão nas escolas públicas. O decreto nº 7.611/2011 que reestrutura a educação especial, documento este, que consolida as diretrizes e ações já existentes, voltadas à Educação Inclusiva e destina recursos do FUNDEB ao AEE, com o objetivo de apoiar e complementar a formação acadêmica de alunos com deficiência.

O fato de haver as leis aqui supracitadas, entre outras existentes, não significará muito se as ações ensejadas para a inclusão das pessoas com deficiência não forem bem

planejadas e estruturadas de modo que elas tenham seus direitos plenamente respeitados.

2.3 - A educação de Carinhanha em busca de um novo olhar para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular

Carinhanha é uma cidadezinha localizada no sudoeste do estado da Bahia, às margens do Rio São Francisco, próximo da divisa com Minas Gerais. A população avaliada em 2010 era de 28.378 habitantes.

O município de Carinhanha – BA – possui 32 escolas, sendo 3 privadas e 29 públicas, das quais a maioria fica localizada no campo. A educação de Carinhanha sempre foi uma educação pautada na busca de garantir uma educação de qualidade para todos os alunos, porém nem sempre conquistou essa meta, pois sofre com a carência de profissionais qualificados e de escolas que atendam a necessidade de todos os alunos. De acordo o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, as escolas de Carinhanha recebem e matriculam todas as pessoas. Mas isso não significa que as escolas ofereçam uma educação inclusiva de qualidade.

O Ministério da Educação, juntamente com o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, vem disponibilizando, desde 2008, para as escolas e núcleos de educação especial, Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), no intuito de oferecer para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o Atendimento Educacional Especializado.

Esse atendimento tem como objetivo garantir a aprendizagem com qualidade para todos os alunos especiais, no turno oposto das salas regulares de ensino na mesma escola ou em núcleos de educação especial. Com certeza, as já mencionadas Salas de Recursos Multifuncionais contribuiriam e motivariam as escolas de Carinhanha a caminhar para uma educação especial/inclusiva de qualidade.

No ano de 2012, o município de Carinhanha começou a receber suas primeiras Salas de Recursos Multifuncionais, especificamente na Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição e na Escola Municipal José Rodrigues de Brito, ambas na área do campo do município. Com abertura dessas Salas, constatou-se que nenhum profissional das escolas conhecia a proposta dessa política de inclusão. Aos poucos os materiais chegavam e os gestores os guardavam, sem saberem onde e como utilizá-los.

A equipe da Escola Municipal José Rodrigues de Brito, curiosa, logo tratou de buscar informações sobre os materiais que não acabavam de chegar. Ao saber do que se tratava, mobilizou-se em implantar a Sala de Recursos Multifuncionais para seus alunos que apresentavam algum tipo de dificuldade em aprender. Muitas dúvidas surgiram sobre o Atendimento Educacional Especializado. Os professores da Escola José Rodrigues de Brito enviavam todos os alunos que apresentavam alguma dificuldade de aprendizagem, com ou sem deficiência, e com isso a Sala de Recursos superlotou e perdia a sua verdadeira função que era oferecer um atendimento complementar e suplementar ao ensino comum no turno oposto, passando a funcionar como sala de reforço. Muitos foram os questionamentos em relação a essa realidade e uma das dificuldades em reverter essa situação era a falta de um profissional capacitado para atuar na Sala de Recursos Multifuncionais.

Distintos trabalhos pedagógicos foram feitos pela Secretaria Municipal de Educação para apresentar, questionar, motivar acerca do verdadeiro objetivo do Atendimento Educacional Especializado e, mesmo assim, pouca coisa fora mudada.

Na Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição, os materiais da Sala de Recursos Multifuncionais enviados pelo Ministério da Educação – MEC – foram desviados para outros fins, ou seja, nenhum trabalho relacionado ao Atendimento Educacional Especializado foi desenvolvido, e os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nessa escola receberam os recursos específicos para suas necessidades educacionais, porém não tiveram a oportunidade de usufruí-los.

No ano de 2013, a Escola Municipal Luís Viana Filho e a Escola Eduardo Vieira Raduan também receberam as Salas de Recursos Multifuncionais, as quais estão todas montadas e fechadas por falta de profissionais.

As Salas de Recursos Multifuncionais do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha – NAEIC – prestam Atendimento Educacional Especializado aos alunos com deficiência das escolas da sede do município.

As demais escolas do município de Carinhanha ao tomarem conhecimento das Salas de Recursos Multifuncionais da Escola José Rodrigues de Brito, da Escola Nossa Senhora da Conceição, da Escola Luís Viana Filho e da Escola Eduardo Vieira Raduan começaram a se incomodar e a se preocupar em oferecer um ensino mais específico

também para seus alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

2.4 - Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha – NAEIC: uma Educação Especial numa perspectiva de Educação Inclusiva

O Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha – NAEIC – foi inaugurado em março de 2012, depois de uma longa discussão com alguns profissionais da Educação, da Proteção Social e Saúde de Carinhanha que sentiam a necessidade de oferecer para as pessoas com deficiência um atendimento especializado. O NAEIC surge da necessidade de ter integrada à Secretaria Municipal de Educação uma instituição sólida, capacitada com vários recursos materiais e profissionais especializados e competentes que amparem, fundamentem, atendam e orientem as escolas, as famílias e os alunos do município sob a nova Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no sentido de promover a inclusão educacional e social dos alunos com deficiência e com dificuldade de aprendizagem. O Projeto Diversidade do Governo Federal também foi um grande incentivador para construção de uma proposta de inclusão nos municípios, sobretudo, no município de Carinhanha. A instituição é mantida financeiramente pela Prefeitura Municipal de Carinhanha e com isso passa por algumas dificuldades na manutenção de profissionais e materiais.

Atualmente o NAEIC conta com doze profissionais que são eles:

- 3 Psicopedagogos;
- 1 Psicólogo;
- 1 Fisioterapeuta;
- 1 Assistente social;
- 3 Professoras para o Atendimento Educacional Especializado;
- 1 Coordenadora pedagógica;
- 1 Recepcionista/Secretária e

- 1 Servente de apoio

Os psicopedagogos do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha tem o papel de investigar, orientar e intervir nos problemas emergentes nos processos de aprendizagem. Esclarecem os obstáculos que interferem para que haja uma boa aprendizagem, realizando o diagnóstico psicopedagógico, com especial ênfase nas possibilidades e dificuldades da aprendizagem; orientam pais e professores nas questões vocacionais operativas em todos os níveis educativos; fazem vivências e constroem projetos, buscando operar na prática clínica individual e grupal. Além disso, os psicopedagogos do NAEIC coordenam planejamentos com os professores da Sala de Recursos Multifuncionais; analisam e assinalam os fatores que favorecem, intervêm ou prejudicam uma boa aprendizagem na instituição entre as atividades lúdicas e criativas.

A Fisioterapeuta contribui na avaliação e diagnóstico interdisciplinar, traçar objetivos e elaborar Projetos de reabilitação neuromotora e ortopédica, conforme o quadro clínico de cada aluno e desenvolve atividades que estimulem a criatividade e favoreçam o aumento da autoestima.

A Psicóloga faz terapia familiar e psicoterapia com os alunos com dificuldade de aprendizagem e com deficiência; auxilia o professor do ensino regular no convívio das relações grupais e nas relações de equipe; ajuda o professor também a refletir e conhecer sobre o desenvolvimento humano e os processos ensino/aprendizagem com base nos fundamentos teóricos que sustentam sua prática, possibilitando que ele possa compreender e encaminhar, com clareza, o percurso de escolarização de seus alunos evitando os excessivos encaminhamentos a sessões psicopedagógicas.

O Assistente Social faz o atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e aos alunos, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência às escolas e ao atendimento no NAEIC; realiza estudos e pesquisas que identifiquem o perfil socioeconômico cultural da população atendida, suas demandas e características; realiza reuniões de estudos temáticos, oficinas, estudo de casos, envolvendo a equipe do NAEIC; busca parcerias nos conselhos de políticas e direitos, Conselhos Tutelares, Centros de Referência e Assistência Social - CRAS, fóruns, em especial das áreas da educação, da assistência, da criança e adolescente e da saúde.

As professoras das Salas de Recursos Multifuncionais atuam de forma colaborativa com o professor da classe comum para definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e a sua inclusão na escola regular; trabalham com as atividades que complementam e suplementam a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades /superdotação; produzem materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo; estabelecem a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando a disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares e tentam orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação.

A Recepcionista/Secretária recebe os alunos, professores, gestores e visitantes. Atende o público, orienta os visitantes, presta informações, atende telefones, controla a entrada de pessoas nos atendimentos; executa as tarefas decorrentes dos encargos da Secretaria do NAEIC; organiza e mantém em dia o protocolo, o arquivo e o registro de atendimento dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da vida do aluno. Esse profissional é o "cartão de visitas" da instituição, pois é quem realiza o primeiro contato com as pessoas, portanto, é exigido, que o profissional seja sério, instruído, educado, ético e sigiloso.

O Coordenador Pedagógico do NAEIC coordena a elaboração e responsabiliza-se pela divulgação e execução dos Projetos do NAEIC, articulando essa elaboração de forma participativa e cooperativa; organiza e apoia principalmente as ações pedagógicas, propiciando sua efetividade; acompanha e avalia o processo de ensino e de aprendizagem e contribui positivamente para a busca de soluções para os problemas de aprendizagens identificados; coordena o planejamento e a execução das ações pedagógicas do NAEIC; coordena e acompanha os horários de planejamento, promovendo oportunidades de discussão e proposição de inovações pedagógicas, assim como a produção de materiais didático-pedagógicos, na perspectiva de uma efetiva formação continuada;

avalia as práticas planejadas, discutindo com os envolvidos e sugerindo inovações; estabelece metas a serem atingidas em função das demandas explicitadas no trabalho dos profissionais do NAEIC.

O Servente de Apoio faz a limpeza e manutenção em todas as áreas internas e externas pertencentes ao terreno do NAEIC; zela pela estética geral da escola; controla e orienta a saída dos alunos no final dos atendimentos; coordena as atividades relacionadas ao preparo das refeições; prepara as refeições sob a supervisão do nutricionista atendendo aos métodos de cozimento e padrões de qualidade dos alimentos; auxilia a servir lanches e refeições; auxilia na higienização de louças, utensílios e da cozinha em geral; zela pela conservação dos alimentos estocados, providenciando as condições necessárias para evitar deterioração e perdas.

Por mais que cada profissional tenha a sua função e suas atividades específicas, eles desenvolvem os trabalhos de maneira intersetorial e interdisciplinar através de projeto e estudo de caso. O Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva, portanto, visa trabalhar de forma competente e responsável no turno oposto das escolas regulares para que seja evitado e ou amenizado todo o tipo de preconceito e discriminação para com os com alunos com deficiência, e também tenta garantir um ensino/aprendizagem inclusivo.

2.5 - Atendimento Educacional Especializado: desafios e mudanças para os professores do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhonha

O objetivo do Atendimento Educacional Especializado – AEE – segundo o artigo 3º do Decreto 7.611/11 é: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

O AEE não é aula de reforço, e sim um suporte para que os alunos com deficiência, com transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades ou

superdotação superem suas limitações nas atividades propostas no ensino comum e que eles possam desenvolver suas habilidades. Ou seja, o papel da escola comum é a escolarização de todas as crianças. E o papel do Atendimento Educacional Especializado não é substituir essa escola para os alunos especiais, mas complementar a formação desses alunos. Então são papéis muito diferentes, mas com o objetivo de respeitar a todos.

As Salas de Recursos Multifuncionais não assumem a escolarização de pessoas com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades. Portanto, as escolas comuns necessitam se transformar para oferecer uma educação de qualidade a todas as pessoas.

Mantoan (2015, p. 02) afirma que:

A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo.

Muitos profissionais de educação, os alunos e as famílias dos alunos com deficiência das escolas municipais de Carinhanha pouco sabem sobre o Atendimento Educacional Especializado, ou seja, desconhecem a função desse atendimento. Sendo assim, eles ainda não compreendem a importância desse serviço para o crescimento da aprendizagem dos discentes.

Os alunos com deficiência das escolas da sede do município de Carinhanha recebem o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha – NAEIC. A maioria desses alunos são deficientes intelectuais, alunos, os quais serão o foco da pesquisa.

Os professores do Atendimento Educacional Especializado do NAEIC não têm formação específica para atuarem na área de educação especial, porém desenvolvem práticas de acordo com o que se percebe no dia do atendimento, o que não garante que essa prática favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo dos alunos.

3 OBJETIVOS

Esta investigação visa contribuir para que os profissionais das Salas de Recursos Multifuncionais do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva revejam as suas metodologias destinadas aos alunos com deficiência intelectual.

3.1 - Geral

- Analisar as fragilidades do Atendimento Educacional Especializado do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha e propor reflexões sobre metodologias para o atendimento de alunos com deficiência intelectual na Sala de Recursos Multifuncionais.

3.2 - Específicos

- Verificar e compreender as dificuldades que os profissionais do Atendimento Educacional Especializado encontram em implementar metodologias condizentes com as necessidades e realidades dos alunos com deficiência intelectual;

- Registrar a reflexão dos profissionais sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais, e contribuir com a busca de possíveis inovações que favoreçam a aprendizagem dos alunos do Atendimento Educacional Especializado.

Sabendo das dificuldades que os profissionais das Salas de Recursos Multifuncionais do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva têm em oferecer um atendimento adequado para os alunos com deficiência intelectual, a presente pesquisa, que será pautada nas práticas educativas (metodologias, recursos, avaliação) desenvolvidas nesses ambientes, visa elucidar o planejamento, as estratégias e os procedimentos que as professoras do AEE utilizam para trabalhar com esse público.

4 METODOLOGIA

4.1 – Abordagem metodológica

Para a realização desta pesquisa qualitativa optou-se por trabalhar com a abordagem descritiva a qual possibilitará a aproximação empírica com as práticas pedagógicas utilizadas no Atendimento Educacional Especializado das Salas de Recursos Multifuncionais, mais precisamente com as metodologias utilizadas, visando um resultado que possivelmente contribuirá com o aprimoramento da prática dos profissionais desse referido serviço do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha.

4.2 – Contexto da pesquisa e participantes

A pesquisa foi realizada no Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha, sendo este localizado na sede município de Carinhanha – Bahia. O NAEIC por ser uma instituição especializada em atendimentos específicos para alunos com deficiência é o lugar ideal para esta investigação que tem como objetivo de estudo pesquisar e refletir a metodologia implementada nesse lócus, no Atendimento Educacional Especializado, envolvendo como público alvo profissionais da Sala de Recursos Multifuncionais, as professoras da sala comuns dos alunos com deficiência intelectual que frequentam o AEE e os familiares dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A pesquisa de campo envolveu a observação dos atendimentos educacionais, principalmente em uma das Salas de Recursos Multifuncionais, cuja profissional constitui-se um dos sujeitos da pesquisa, a qual tem como foco de investigação as práticas pedagógicas que envolvem a metodologia desenvolvida no AEE, visando à reflexão se estas contribuem para a aprendizagem e desenvolvimento cognitivo e social dos seus alunos. Os pais dos alunos dessa SRM, bem como três professores da sala comum da escola regular dos alunos que recebem este atendimento, contribuíram com esta investigação.

Para participar desse trabalho os participantes, quais sejam, três professores das SRM do NAEIC, três professoras regentes, e duas mães de alunos do AEE do NAEIC,

foram convidados através de uma carta explicativa. Assim, aceitaram colaborar, expressando interesse em participar desse estudo, pois contribuirão para a construção de uma educação mais reflexiva e dinâmica. Todos participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.3 – Instrumentos e procedimentos de construção de dados

Assim sendo, a metodologia para o presente trabalho pautou-se nos procedimentos que envolvem as técnicas de observação, entrevistas semiestruturadas com profissionais do NAEIC e professoras da rede regular de ensino, questionários respondidos por duas famílias dos alunos que recebem o AEE, análise dos atendimentos, de gravações de áudio, análise de vídeos, de fotografias. Desse modo, utilizou-se como instrumentos para a coleta de dados: a carta-convite explicativa; roteiro de entrevistas; questionários, áudios de entrevistas; protocolos de observação como diário de campo, filmagens, gravações e fotografias.

A entrevista semiestruturada foi destinada a três professoras regentes e a três profissionais do NAEIC a fim de pontuarem sobre a sua prática pedagógica na docência e no atendimento a alunos deficientes. O procedimento de entrevista semiestruturada permite ao pesquisador ter acesso a respostas diretas, abrindo-se espaço para o aprofundamento dos fatos posto que as informações são pontuadas pelo entrevistado e revisitadas pelo entrevistador a depender de sua necessidade investigativa, mantendo-se a espontaneidade no processo. Os participantes responderam às questões formuladas, bem como falaram de maneira espontânea.

Os pais de duas famílias dos alunos atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais responderam ao questionário acerca de suas percepções sobre o AEE e o desempenho de seus filhos.

Alguns atendimentos na Sala de Recursos Multifuncionais foram observados e registrados através de filmagem, fotografia, com o cuidado de não constranger o professor e o aluno. As observações eram alternadas, entre os alunos com deficiência intelectual e entre os alunos com outras deficiências. Cada observação era protocolada e relatada no diário de campo, sem se perder de vista as impressões e expressões dos alunos e dos professores.

4.4 – Procedimentos de análise de dados

Os procedimentos de análise dos dados buscaram descrever e tratar os elementos que indicavam resultados que correspondiam aos objetivos da investigação. A partir da leitura real das informações coletadas, foram construídas três categorias de análise frente ao agrupamento dos sentidos encontrados pela análise dos instrumentos e procedimentos de coleta de dados. São elas: A inclusão e o Atendimento Educacional Especializado em foco: a impressão do professor da sala comum; Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha: desafios para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado; Família: parceria fundamental para a valorização e melhoria da Educação Especial que foi realizada à luz do referencial teórico estudado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 - A análise dos dados

A análise das informações buscou verificar e compreender as dificuldades que os profissionais do Atendimento Educacional Especializado encontram em implementar metodologias e práticas educacionais condizentes com as necessidades e realidades dos alunos com deficiência e registrar a reflexão dos profissionais sobre as possíveis inovações / implementações que favoreçam a aprendizagem dos alunos do Atendimento Educacional Especializado.

Os dados foram coletados a partir dos procedimentos de entrevistas semiestruturadas aos professores das Salas de Recursos Multifuncionais do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha e a alguns professores regentes da sala comum que possuem alunos no AEE, aplicação de questionários a duas mães de alunos com deficiências que recebem o atendimento no NAEIC; observações e filmagens das vivências dos atendimentos aos alunos, o que permitiu analisar o funcionamento da Educação Especial na perspectiva inclusiva no município de Carinhanha, observando-se quais são as fragilidades, as conquistas e as possibilidades

de avanços, bem como os desafios enfrentados pelo Atendimento Educacional Especializado. A fim de se manter o sigilo e preservar a identidade dos participantes da pesquisa, foram utilizados nomes fictícios ou referências alfabéticas para as citações dos dados deles coletados.

As informações coletadas foram tratadas de modo qualitativo, buscando-se identificar e agrupar dados comuns, interpretá-los e articulá-los com o campo teórico estudado. As narrativas dos sujeitos participantes foram respeitadas e citadas indiretamente, de maneira discursiva, apresentando-se os sentidos aferidos nas falas, de modo textual, com intuito de compreender a realidade inerente ao Atendimento Educacional Especializado.

A partir da análise das informações e do aporte teórico selecionado, foi possível desenvolver uma discussão, a qual deu emergência a 3 (três) categorias de análise de dados: A inclusão e o Atendimento Educacional Especializado em foco: a impressão do professor da sala comum; Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhonha: desafios para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado; Família: parceria fundamental para a valorização e melhoria da Educação Especial.

Desse modo, os resultados emergiram do conhecimento do contexto investigado e também das múltiplas realidades apresentadas pelos participantes ao longo da pesquisa, tendo, portanto, suma importância na busca de se alcançar os objetivos propostos no presente trabalho.

5.2 – A inclusão e o Atendimento Educacional Especializado em foco: a impressão do professor da sala comum

Ao analisar as narrativas dos docentes do ensino regular inclusivo percebe-se que os professores da sala comum sabem que por muito tempo a escola promoveu a educação para um grupo de pessoas, caracterizando-se, portanto, como uma escola excludente por suas práticas educacionais segregatórias. A partir do processo de democratização do ensino essa realidade vem se modificando no sentido de proporcionar uma educação inclusiva, na qual todos tem o direito de participar ativamente do ensino comum, sobretudo aqueles com deficiência.

Marta Gil (2005, p.24) diz que:

Educação Inclusiva pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não.

A professora V, graduada em Pedagogia e Especialista em Alfabetização e Letramento, que trabalha há vinte quatro anos na área educacional na mesma instituição de ensino, sempre com a função de professora do Ensino Fundamental I, foi uma das colaboradoras da presente pesquisa. Atualmente, leciona no 3º ano do Ensino Fundamental, em turma de dezoito alunos, sendo que três destes tem deficiência intelectual.

Esta profissional afirma que na realidade da sala de aula comum trabalhar com práticas inclusivas é bastante complicado quando não se tem nenhuma formação específica para lidar com alunos com deficiência. Essa situação se agrava, segundo a docente, quando a escola não tem especialista como psicólogo, psicopedagogo e outras especialidades que entendam as necessidades dos alunos especiais.

Entretanto, segundo Gil (2005, p. 72)

É um engano comum pensar que a Escola Inclusiva precisa ter sua própria equipe de fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, etc. Muito pelo contrário, a criança com deficiência tem direito imediato à matrícula, que não pode ser condicionada a nenhuma avaliação preliminar e nem à existência de profissionais especialistas na escola.

Mesmo sabendo-se que esta não é uma condição inerente ao acesso do aluno com deficiência ao ensino regular, inferimos que para os profissionais das classes comuns, a inclusão é uma construção educacional a ser realizada por especialistas.

A professora MS, graduada em pedagogia, sempre dedicou a sua vida educação, especialmente em turmas de alfabetização. A professora coloca que desde o início de sua carreira trabalha com alunos com dificuldades de aprendizagem e convivência, porém nenhum dele obtinha laudo de deficiência e hoje em sua turma de 2º ano do ensino fundamental teve a oportunidade de receber um aluno com deficiência intelectual (com laudo médico).

MS entende que Educação Inclusiva é incluir todos os alunos na mesma sala de aula, um respeitando o outro, na mesma sintonia em prol de uma educação que proporcione a aprendizagem de todos. É uma educação que valoriza o ser humano independentemente da sua diferença e do seu jeito de ser. Para professora fazer acontecer essa educação é bastante complicado quando professor não tem formação específica em Inclusão Escolar e as escolas não têm os aparatos necessários que dão suporte às práticas educacionais inclusivas.

Diante desse pressuposto Teófilo Alves Filho e Theresinha Guimarães Miranda (2012) esclarecem que a ação educativa

Deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...] Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças.

Essa mesma professora confessa que sente muita dificuldade em trabalhar com alunos com deficiência, especialmente aqueles com deficiência intelectual, pois ao desenvolver a atividade de agrupamento produtivo esses alunos não participam ativamente do que foi proposto, sendo considerado difícil para esta profissional planejar atividades para a especificidade da referida deficiência. “Às vezes parece que eles aprendem num dia e esquecem no outro.”

Todavia Teófilo Alves Filho e Theresinha Guimarães Miranda (2012, p. 18) apontam que:

Entendemos ser fundamental pensar a escola como locus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazer.

A professora V deixa transparecer que acredita numa educação especial que se organiza com atendimento substitutivo ao ensino comum, evidenciado em diferentes compreensões, terminologias e modalidades, oferecidos em instituições especializadas, escolas especiais, ou seja, numa organização fundamentada no conceito de

normalidade/anormalidade e de práticas escolares discriminatórias, especialmente para alunos com deficiência, pois diz que antes de matricular alunos com deficiência os órgãos competentes precisariam capacitar todos os profissionais da educação.

Marta Gil (2005, p. 72) aponta que a “inclusão de crianças ou jovens com deficiência não precisa de profissionais especializados, mas sim, de uma escola e de professores comprometidos com a causa da inclusão”.

Em contrapartida Teófilo Alves Filho e Theresinha Guimarães Miranda (2012, p. 25) contribuem dizendo:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...]. Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

Outra evidência que aparece nas narrativas dos sujeitos participantes denuncia que a dificuldade em aprender é do aluno em situação de deficiência, em razão das concepções que os professores possuem sobre ensino e aprendizagem.

Sendo assim Mantoan e Prieto (2006, p.23) alertam que:

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no que diz respeito ao seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações e espaços segregados de Educação.

A professora MR graduada em pedagogia trabalha há quatorze anos na área educacional, sempre na mesma instituição de ensino, diz que desde que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional obrigou que os alunos com deficiência frequentasse o ensino comum recebe alunos com deficiência nas suas turmas e salienta que tenta oferecer uma prática diferenciada para os diferentes níveis de aprendizagem, para diferentes perfis de alunos, mas que mesmo assim os alunos com deficiência não conseguem acompanhar a turma, não aprendem e que muitas vezes eles não têm condições de participar de algumas atividades propostas para a turma.

Segundo Mantoan (2006, p. 49), “o ponto de partida para ensinar a turma toda, sem diferenciar o ensino para cada aluno ou grupo de alunos, é entender que a diferenciação é feita pelo próprio aluno ao aprender, e não pelo professor ao ensinar.”

A referida professora reitera também que os “alunos adiantados” não podem ficar prejudicados por conta de alguns alunos. A professora ainda coloca que a sua maior dificuldade em trabalhar com aluno com deficiência é fazer com outros alunos aceitam, interajam e conviva com os alunos especiais, ou seja, há sempre rejeição por parte de alguns alunos em sentar perto ou desenvolver alguma atividade com aquele tem limitações física ou intelectual.

Marta Gil (2005, p. 97) esclarece que:

O aluno com deficiência precisa que sua diferença seja respeitada. Isso não significa que ele deve ter privilégios em relação aos demais alunos. Ele não deve ser abandonado, nem superprotegido. O professor não pode negar a diferença. Ele deve trabalhar com seus alunos para que a diferença seja compreendida como uma característica do ser humano e que ela não tira a dignidade de ninguém.

A professora V aborda que nos encontros de professores, organizado pela Secretaria Municipal de Educação via Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha, nos planejamentos das escolas e até mesmo nas faculdades fala-se muito que a educação, hoje, propõe uma política educacional na qual os alunos com deficiência tenham um ensino comum nas escolas regulares com práticas educacionais inclusivas, ou seja, com currículos, métodos e recursos que assegurem uma educação igualitária e que contemplem conhecimentos condizentes às especificidades, à realidade e às necessidades de todos os alunos, mas que ela ainda não encontrou uma maneira que proporcione uma educação que atenda a todos. Ela afirma que é muito desesperador quando se depara com um aluno que não avança e que a falta de material específico e o número excessivo de estudantes na sala de aula dificulta muito o atendimento individualizado.

A professora MR expõe que para ela o Atendimento Educacional Especializado configura um atendimento específico para os alunos com deficiência; que a Sala de Recursos Multifuncionais possui recursos e profissionais especializados e que nesse atendimento os alunos têm a possibilidade de aprender muito mais que na sala comum.

A ideia da professora é contrária ao que salienta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/96, pois a lei deixa claro que o ensino especial é uma modalidade e, como tal, deve perpassar o ensino comum em todos os seus níveis – da escola básica ao ensino superior, isso significa que o ensino aprendizagem também acontece nas escolas regulares.

Atualmente coexistem pelo menos duas propostas para a educação especial: uma, em que os conhecimentos acumulados sobre educação especial, teóricos e práticos, devem estar a serviço dos sistemas de ensino e, portanto, das escolas, disponíveis a todos os professores, alunos e demais membros da comunidade escolar, que a qualquer momento pode requerê-los; outra em que se deve configurar um conjunto de recursos e serviços educacionais especializados, dirigidos apenas à população escolar que apresente solicitações que o ensino comum não tem conseguido contemplar (podendo ser ofertada no âmbito do ensino regular ou em outros locais exclusivos para essa população) (MANTOAN & PRIETO, 2006, p. 34).

Em consonância com o ensino comum a política educacional assegura para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação o Atendimento Educacional Especializado. Esse atendimento para os alunos da sede do município de Carinhanha acontece no Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha, significando que não acontece na própria escola, fato que dificulta a interação do professor da sala comum com o professor da Sala de Recursos Multifuncionais.

As profissionais V, MR e MS comunicam-se com o Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha através de telefonemas, reuniões, encontros pedagógicos e também pelas visitas periódicas nas escolas regulares pelos profissionais das Salas de Recursos Multifuncionais da referida instituição.

A professora V acredita que o Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha tem a capacidade de proporcionar a inclusão dos alunos com deficiência, e de ensiná-los a ler e a escrever. Afirma que o NAEIC tem melhores condições para oferecer um ensino adequado para os alunos que apresentam alguma dificuldade em aprender.

A profissional MS considera que as práticas do Atendimento Educacional Especializado contribuem com a aprendizagem dos alunos de maneira lenta, com atividades específicas e lúdicas. “Apesar de que esse atendimento, para nossa realidade,

precisa melhorar, ele é um caminho que possibilita a aprendizagem dos alunos com deficiência no ensino comum.”

Evidencia-se que alguns docentes acreditam que o AEE possui caráter substitutivo à escolarização dos alunos da Educação Especial na Educação Básica, possivelmente por ser um serviço de natureza pedagógica, todavia as atividades desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais diferenciam-se daquelas que são realizadas nas classes comuns inclusivas.

O objetivo do Atendimento Educacional Especializado é de apoiar as escolas no que tange a inclusão, ou seja, a escola regular e o NAEIC, sozinhos, não efetivam a inclusão, mas todos tem a responsabilidade de oferecer uma educação igualitária, de qualidade, que promova o desenvolvimento dos alunos.

5.3 – Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva: desafios para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado

O Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha possui três Salas de Recursos Multifuncionais. Cada sala dispõe de materiais pedagógicos e computadores fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Carinhanha. Assim sendo, esses espaços não possuem materiais específicos para as Salas de Recursos Multifuncionais fornecidos pelo Ministério de Educação. Muitos materiais pedagógicos do NAEIC são confeccionados pelos professores e alunos, mas nem sempre os materiais necessários podem ser confeccionados pela instituição por falta de recursos financeiros.

Os alunos atendidos nas salas de recursos do NAEIC são alunos com deficiência auditiva, física e intelectual, sendo que a maioria deles são deficientes intelectuais. Cada professor das salas de recursos atende em torno de oito a quinze alunos, os quais frequentam o AEE três vezes por semana, cujo atendimento tem a duração de uma hora.

Os profissionais do Atendimento Educacional Especializado do NAEIC que participaram da entrevista semiestruturada, permitiram observações e filmagens, e foram chamados nestes relatos de professora A, professora B e professora C. A professora A com quarenta anos de experiência na área educacional, trabalha há três anos como professora do Atendimento Educacional Especializado, não tem nenhuma

formação acadêmica, mas participa de formações continuadas. A professora B, formada em Letras/Português e especialista em Educação: Gestão do Trabalho Pedagógico possui vinte e três anos na educação, sendo que, destes, três anos com o Atendimento Educacional Especializado. A professora C, que se encontra há dezesseis anos trabalhando com educação e especificamente três anos como professora do Atendimento Educacional Especializado, é graduada em matemática e tem uma experiência como professora da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Por mais que as professoras do Atendimento Educacional Especializado não tenham especialização em Educação Especial buscam práticas pedagógicas que possibilitam o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos alunos.

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas. (GIL, 2005, p.96)

As professoras relatam que os alunos com deficiência precisam de maior cuidado e de constante atenção. Afirmam que trabalhar com alunos com limitações é um grande desafio.

Para a professora A, “a Educação Especial é a forma de facilitar o acesso do aluno com deficiência ao conhecimento, a comunidade escolar e convivência social, promovendo sua autonomia e permanência na escola”. Para a professora B, “é aquela que trabalha a inclusão pessoal e social dos aprendentes: como lidar com as limitações, com as deficiências, vencendo as dificuldades e sentindo-se como ser, como parte integrante de uma sociedade justa e igualitária”. A professora C diz a Educação Especial “é a Educação de pessoas com deficiência, preparando-as para a vida”.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva define a Educação Especial da seguinte forma: A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem comum do ensino regular (MEC, 2008, p.15).

A professora A diz que o “Atendimento Educacional Especializado é um trabalho em parcerias, buscando oportunizar a construção de conhecimentos, soluções e acessibilidades para o cotidiano do aprendente”. A professora C fala que o objetivo do Atendimento Educacional Especializado é oportunizar a construção do conhecimento, proporcionar acessibilidades e minimizar suas dificuldades.

No Atendimento Educacional Especializado é possível reconhecer as dificuldades e as possibilidades dos alunos, pois cada aluno recebe o atendimento individualizado e às vezes em pequenos grupos. As professoras salientam que muitos professores do ensino regular e pais veem o AEE com um serviço que trata da deficiência, ou ainda, que é uma aula de reforço.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), definido pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, é gratuito aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e deve ser oferecido de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

De acordo com o decreto supracitado, o Atendimento Educacional Especializado compreende um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucional e continuamente, prestados de forma complementar a formação de estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento; e suplementar à formação de estudantes com altas habilidades/superdotação.

Os professores do Atendimento Educacional Especializado reúnem-se toda sexta-feira para discutirem como foram os atendimentos durante a semana e avaliem suas práticas. O que foi relevante e o que precisa ser revisto, no sentido de oferecer um atendimento mais condizente com as individualidades dos alunos. A partir do panorama geral, os professores constroem planejamento específico, ou seja, para cada aluno é construído um plano, observando seu perfil, suas limitações e suas potencialidades.

As professoras do Atendimento Educacional Especializado constroem um plano individualizado para cada aluno. As estratégias de ensino requerem o uso de recursos pedagógicos de acordo com as necessidades educacionais específicas de cada aluno. Mais especificamente, as atividades são baseadas na ludicidade, na análise fonológica e estruturante das palavras e dos números. Os recursos que são mais utilizados, segundo

as professoras, são os que desenvolvem o raciocínio lógico, a criatividade, o dinamismo e a aprendizagem dos alunos, como os quebra-cabeças, caça-palavras, bingo, o jogo resta um, material dourado, blocos de encaixe, fichas de nomes, entre outros. As professoras têm o cuidado de escolher bem as atividades a serem aplicadas e elas ainda salientam que não existem receitas prontas para atender aos alunos com deficiência. O propósito é buscar novas metodologias, inovar e adaptar, preocupando-se sempre em oferecer um atendimento de qualidade.

Muitas vezes, nós, professores — depois de algumas tentativas frustradas com o aluno com deficiência — acabamos concluindo, erroneamente, que a criança não tem condições de aprender. Nesses momentos, é bom lembrar que cada caso é um caso. Confie na sua criatividade, no seu bom senso e, principalmente, na opinião do aluno (GIL, 2005, p. 52).

As professoras do Atendimento Educacional Especializado salientam que sentem dificuldade em implementar metodologias condizentes com as necessidades dos alunos tendo em vista que leva tempo para reconhecer as necessidades de cada um, e que as necessidades se diferenciam a todo momento. A professora A coloca que muitas vezes planejou uma atividade onde ela acreditava que seria de acordo o que o aluno precisava e no momento da aplicação não era aquilo que imaginava. Informa que as metodologias lúdicas são as mais aplicadas no AEE, sendo metodologias divertidas e dinâmicas, mas que muitas vezes não são fáceis de serem aplicadas, requerendo persistência e atenção. Algumas delas, na primeira aplicação, não atingem os alunos, pois estes não conseguem compreender, sendo necessário repetir várias vezes o procedimento.

A Professora C diz que cada planejamento é construído com bastante cuidado pensando sempre no desenvolvimento dos alunos e que, mesmo havendo zelo, às vezes se frustra com resultados negativos. Sendo assim, implementar metodologias que atendam às especificidades dos alunos requer um processo de reflexão e de avaliação constante.

As práticas pedagógicas do Atendimento Educacional Especializado contribuem para o desenvolvimento dos alunos, segundo as professoras, quando oportunizam a estes expressar e enfrentar as suas limitações. A Professora A conta que um de seus alunos frequenta o AEE há três anos, e ao chegar, ele não se comunicava e nem participava de nenhuma atividade, e que com o trabalho direcionado desenvolvido, hoje, ele brinca, desenha, pinta e ri com os colegas.

O grande ganho, para todos, é viver a experiência da diferença. Se os estudantes não passam por isso na infância, mais tarde terão muita dificuldade de vencer os preconceitos. A inclusão possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor que, por direito, ocupem o seu espaço na sociedade. Se isso não ocorrer, essas pessoas serão sempre dependentes e terão uma vida cidadã pela metade. Você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, para nós, professores, o maior ganho está em garantir a todos o direito à educação. (MANTOAN, 2015, p.2)

Portanto, a educação inclusiva tem a possibilidade de reconhecer a capacidade e respeitar as limitações de cada um. A partir de práticas inclusivas experimentamos e convivemos com as diferenças. Assim sendo, as professoras aprendem com os alunos e os alunos aprendem entre si.

5.4 – Família: parceria fundamental para a valorização e melhoria da Educação Especial/Inclusiva

Para a construção da pesquisa, obtivemos a colaboração de duas mães dos alunos do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha, as quais receberam o nome fictício de Bruna Oliveira e de Fernanda Amorim. Bruna de Oliveira é mãe de um aluno com deficiência que é atendido no NAEIC há três anos. Fernanda de Oliveira é mãe de outro aluno com deficiência que frequenta a Sala de Recursos Multifuncionais da instituição há um ano e meio.

Segundo as mães dos alunos, o Atendimento Educacional Especializado incentiva seus filhos a aprender a ler e a escrever, a irem à escola. Para elas, trata-se de um atendimento individual que ajuda a criança a desenvolver melhor suas habilidades através das atividades que conseguem realizar, mesmo com a sua deficiência. Bruna de Oliveira continua dizendo que “o AEE é um atendimento que dá acesso às crianças com dificuldades de interagir com as outras e que procura meios para facilitar a sua vida no dia a dia”.

As mães sempre acompanham seus filhos no atendimento e em todas as atividades para as famílias produzidas pelo NAEIC. Afirmam que estar sempre presente é muito importante para o desenvolvimento das crianças. Além do NAEIC, os filhos de

Bruna e Fernanda recebem outros atendimentos no Hospital de Reabilitação Infantil Sarah de Brasília, que é uma grande rede de reabilitação.

Bruna de Oliveira e Fernanda Amorim dizem que a relação entre elas e o NAEIC é positiva porque todos os funcionários as recebem e as atendem muito bem, e se preocupam com desenvolvimento do aluno. Dizem que percebem os avanços que seus filhos já tiveram, principalmente no aspecto cognitivo e na locomoção motora.

Por mais que a relação do NAEIC com as famílias dos alunos seja boa, ainda há muito a avançar. Nem todas as famílias colaboram com o atendimento, ou seja, não participam das atividades desenvolvidas pelo NAEIC, pois algumas delas não se preocupam com o desenvolvimento e aprendizagem dos seus filhos.

Concordamos com Marta Gil (2005, p. 67) quando salienta que:

Educação Inclusiva envolve a participação da família e da comunidade, que podem contribuir para fortalecer e multiplicar as ações inclusivas. Uma atitude positiva dos pais em relação à participação e as potencialidades do filho com deficiência é fundamental para a sua inclusão escolar e social.

As professoras A, B e C afirmam que é de suma importância a participação da família no processo educacional inclusivo, pois ela também tem a capacidade de contribuir na formação humana dos alunos e colaborar com o ensino aprendizagem dos filhos. Consoante com isso, o NAEIC realiza periodicamente oficinas, reuniões e palestras com os pais ou responsáveis. Nas oficinas é discutido o papel da família na educação dos filhos, maneiras como a família pode ajudar na construção da aprendizagem dos alunos, os direitos e os deveres das pessoas com deficiência, entre outros assuntos. Nas palestras se discutem diversas temáticas como higiene, saúde e sexualidade. Nessas reuniões periódicas também se avaliam e planejam-se os serviços da instituição.

Para Marta Gil (2005), os pais devem ser envolvidos no processo de inclusão para que este seja efetivo, a fim de que haja trocas rápidas de informações sobre o que está sendo oferecido à criança e sobre o seu aproveitamento. Segundo a autora, as saídas para as dificuldades envolvidas dependem também da participação e da responsabilidade dos pais.

A educação, de forma isolada, não é capaz de garantir uma formação igualitária, sendo indispensável à participação ativa das famílias na educação. Os familiares conhecem muito bem seus filhos e podem contribuir com a melhoria educacional. Torna-se necessária a aproximação das famílias com os membros da escola, a fim de que possam conjuntamente com os professores e toda comunidade escolar contribuir com o processo de construção da educação inclusiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As premissas da Educação Inclusiva apontam que todas as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeita e valoriza as necessidades, as possibilidades e as potencialidades de aprendizagem de cada aluno. Mas para que aconteça a efetivação da Educação Inclusiva é necessário quebrar paradigmas educacionais tradicionais, sobretudo no que remete às práticas pedagógicas, como as metodologias e a avaliação.

Nesse sentido, a investigação buscou aprofundar o olhar para as práticas pedagógicas desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais, e envolver os segmentos escolares na reflexão acerca do uso dos meios educacionais empregados na construção da inclusão, no dia a dia do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha e colaborar com as propostas enriquecedoras para a aprendizagem dos alunos do Atendimento Educacional Especializado.

Os resultados da pesquisa apontam que a maior dificuldade das professoras do Atendimento Educacional Especializado do Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha em implementar metodologias condizentes com as necessidades e as realidades dos alunos com deficiência é a falta de capacitação e formação profissional específica. Mas que diante dessa carência estas profissionais buscam oferecer um atendimento adequado aos alunos com necessidades educacionais especiais, dentre as suas possibilidades, com metodologias criativas e dinâmicas inventivas, através da ludicidade e de jogos recreativos.

As autoras que dialogaram com essa pesquisa reafirmam a importância de se ir à busca de um ensino melhor a partir da convivência, do conhecimento da realidade e das necessidades dos alunos, ao salientarem que a falta de formação acadêmica não justifica

que os professores não proporcionem um ensino aprendizagem de qualidade e inclusivo, pois as práticas educacionais inclusivas também podem ser descobertas e construídas no dia a dia, em boas leituras, seminários, grupos de estudos e entres outros meios de formação continuada.

Ficou evidenciado ao longo da pesquisa que as metodologias de caráter lúdico, as mais utilizadas no Atendimento Educacional Especializado do NAEIC, são determinantes para o desenvolvimento dos alunos, pois através da ludicidade são propostas atividades que sejam divertidas e que estimulem aspectos do desenvolvimento global do aluno como a linguagem, o raciocínio lógico, a inteligência, a coordenação motora e a socialização dos alunos com deficiência, ajudando-os a discernir valores éticos e morais, além de propiciar situações em que haja uma interação maior entre os alunos e os professores, diferente e criativa, sem ser rotineira.

Outro achado da investigação aponta que para os profissionais da educação participantes a dificuldade em aprender é do aluno com deficiência, em razão das concepções que os professores possuem sobre ensino e aprendizagem. E que a inclusão requer um trabalho de conscientização do grupo escolar para a aceitação das diferenças.

Muitos professores da rede pública de ensino veem o Núcleo de Atendimento da Educação Inclusiva de Carinhanha como uma instituição substitutiva ao ensino das escolas regulares, o qual, na realidade estimula a frequência dos alunos à instituição escolar e complementa o ensino comum, sendo, portanto, papel do NAEIC apoiar as escolas na promoção da inclusão escolar.

Torna-se indispensável à participação das famílias na educação que se deseja inclusiva, pois ela é o primeiro e o principal grupo social das pessoas. É nela que muitas aprendem a construir individualidade e independência. Por isso, a educação escolar e a família precisam estar em consonância, uma apoiando a outra na promoção da inclusão e do desenvolvimento humano.

É notório que o Núcleo de Atendimento da Educação de Carinhanha seja o ponto de referência para a construção e a valorização da educação inclusiva no município de Carinhanha. Todavia, o referido núcleo precisa construir e rever práticas educacionais condizentes ao que se propõe a educação inclusiva. Considera-se que a inclusão escolar no município de Carinhanha ainda necessita dialogar mais com os professores do ensino

comum, no sentido de fortalecer a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC, 2007. Disponível http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf, acesso: 30/10/2015

_____. Ministério da Educação. **Decreto 6571/2008**. 2008. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm acesso: 30/10/2015

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Secretaria de Educação especial-MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Decreto 7611/2011**. MEC, 2011. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm acesso: 30/10/2015

_____. Ministério da Educação. **Resolução 004/2009**. MEC, 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf acesso: 30/10/2015

_____. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm acesso: 30/10/2015

_____. Ministério da Educação. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm acesso: 30/10/2015

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> acesso: 30/10/2015

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**. MEC, 2011. Disponível em http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf acesso: 30/10/2015

_____. Ministério da Educação. **Decreto 6094/2007**. Brasília, 2007. Disponível em <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94807/decreto-6094-07> acesso: 30/10/2015

_____. Ministério da Educação. **Resolução 46/2008**. Brasília, 2008. Disponível em ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2008/res046_31102008.pdf acesso: 30/10/2015

FILHO, Teófilo Alves Galvão, MIRANDA, Theresinha Guimarães & Organização. **O professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012

GIL, Marta. **Educação Inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** Universidade de São Paulo, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Promove Justiça**. Revista Nova Escola. SP: 2015. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml> acesso em: 11/11/2015.

_____. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

Declaração Universal dos Direitos Humanos/1948. Brasília, 1988. Disponível: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> acesso: 30/10/2015.

Convenção de Guatemala. Guatemala, 1999. Disponível em <http://meninas-da-facul-usf.blogspot.com.br/2009/11/convencao-de-guatemala.html> acesso em 30/10/2015.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, 1990. Disponível em www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-aEduca%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html Acesso 30/2015.

APÊNDICE A

Universidade de Brasília

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde -

PGPDS

PREZADO PAI OU RESPONSÁVEL

Solicito sua participação nesta entrevista que tem o objetivo de auxiliar a coleta de dados para a realização do trabalho monográfico do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CARINHANHA**.

Por favor, procure responder às questões considerando sua trajetória pessoal. As respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Suely Santos Belém

QUESTIONÁRIO PARA A FAMÍLIA

1- Qual é a deficiência do seu (a) filho (a)? Desde quando possui este diagnóstico?

2- Há quanto tempo seu (a) filho (a) faz acompanhamento no NAEIC?

3- O que é o Atendimento Educacional Especializado para você?

4- Como você avalia o Atendimento Educacional Especializado que seu (a) filho (a) frequenta?

5- Você considera que houve mudanças no desempenho do seu (a) filho (a) após o início do atendimento na Sala de Recursos Multifuncional? Em que áreas?

6- Além dos atendimentos do NAEIC seu (a) filho (a) recebem outro tipo de atendimento especializado? Qual?

7- Como é a sua relação com o NAEIC? Qual o seu nível de participação nesta instituição?

8- De que forma é repassado o rendimento /aproveitamento do seu (a) filho (a) no atendimento da Sala de Recursos Multifuncionais para sua família?

9- Você conhece as metodologias e recursos materiais empregados no AEE no atendimento ao seu(a) filho(a) ? Você as considera significativas para o desenvolvimento seu (a) filho (a) ?

10- Comente o que considera relevante no AEE que seu filho recebe no NAEIC?

APÊNDICE B

Universidade de Brasília
 Universidade de Brasília - UnB
 Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde -
 PGPDS

PREZADO (A) PROFESSOR(A)

Solicito sua participação nesta entrevista que tem o objetivo de auxiliar a coleta de dados para a realização do trabalho monográfico do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CARINHANHA.**

Por favor, procure responder às questões considerando sua trajetória profissional. As respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Suely Santos Belém

ROTEIRO DE ENTREVISA PARA PROFESSOR(A) DO ENSINO REGULAR

Nome: _____

Formação acadêmica:

Possui pós-graduação? () Sim () Não

Se sim, em qual área? _____

1- Há quantos anos trabalha na área educacional? E neste local?

2- Qual sua experiência profissional com alunos com deficiência (atividade realizada, tempo)?

3- O que você entende por Educação Inclusiva?

4- Quais as dificuldades que você encontra para trabalhar com alunos com deficiência?

5- O que é Atendimento Educacional Especializado para você?

6- Como funciona a relação do Atendimento Educacional Especializado no NAIEC com o professor regente?

7- Você participa de alguma atividade no NAIEC?

8- Você considera que as práticas pedagógicas do AEE contribuem com a aprendizagem dos seus alunos com deficiência intelectual? Como?

9 – Como você avalia o AEE quanto ao uso de metodologias significativas para o desenvolvimento dos estudantes deficientes intelectuais?

APÊNDICE C

Universidade de Brasília

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde -
PGPDS

PREZADO(A) PROFESSOR(A)

Solicito sua participação nesta entrevista que tem o objetivo de auxiliar a coleta de dados para a realização do trabalho monográfico do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema é **ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CARINHANHA.**

Por favor, procure responder às questões considerando sua trajetória profissional. As respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Suely Santos Belém

**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSOR(A) DO
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO DO NAEIC**

Nome: _____

Formação acadêmica:

Possui pós-graduação? () Sim () Não

Se sim, em qual área? _____

1 - Há quantos anos trabalha na área educacional? E como professora da Sala de Recursos Multifuncionais?

2 - O que você entende por Educação Inclusiva?

3 - O que é Atendimento Educacional Especializado para você?

4 - Como funciona o Atendimento Educacional Especializado no NAEIC para os alunos especiais?

5 - Que deficiência é mais atendida nas Salas de Recursos Multifuncionais do NAEIC?
E quais atividades são oferecidas?

6 - Como você planeja os procedimentos a serem utilizados com os alunos com deficiência intelectual no AEE?

7 - Quais são as metodologias e os recursos utilizados nas Salas de Recursos Multifuncionais?

8 - Você considera que os procedimentos e recursos materiais utilizados por você na SMR contribuem para a aprendizagem dos alunos deficientes intelectuais?

9 - De que modo os alunos da SRM são avaliados pelo profissional do AEE?

10 - Como você avalia a estrutura física e os recursos materiais da SRM do NAEIC?

11 - Como é feita a parceria entre o AEE e as escolas? E a relação entre o NAEIC e as escolas é boa? Por quê?

12 - Como é feito o acompanhamento dos alunos atendidos na SRM pelos professores da Escola Inclusiva?

13 - Como é a relação do AEE e as famílias? Elas colaboram com os atendimentos? Por quê?

14 - Quais as dificuldades encontradas por você no AEE?

15 - Que tipo de apoio os professores da SRM recebem do corpo pedagógico do NAEIC?

16 - Que relação você encontra entre a sua prática no AEE e a sua formação profissional?

ANEXO A

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu(sua) filho(a) participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de _____
(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação de seu(sua) filho(a) no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu(sua) filho(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como _____ *(explicitar instrumentos de coleta de dados)*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável: _____

Nome do Aluno: _____

E-mail(opcional): _____

ANEXO B

Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____
(explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ *(explicitar instrumentos de coleta de dados)*, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

ANEXO C

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o (a) cursista pós-graduando (a)

que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador (a) do Polo ou Professor (a)-Tutor (a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO D

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), da _____ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa

_____, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____.

O estudo envolve a realização de _____ (*entrevistas, observações e filmagens etc.*) do atendimento _____ (*local na instituição a ser pesquisado*) com _____ (*participantes da pesquisa*). A pesquisa terá a duração de _____ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em _____ e término em _____.

Eu, _____ (*nome completo do responsável pela instituição*), _____ (*cargo do (a) responsável do(a) nome completo da instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do (a) responsável pela instituição